

II. DELIBERAÇÕES

CÂMARA

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 27/2022

XIII MANDATO

ATA N.º 27/2022

Reunião ordinária pública de 14 de dezembro de 2022

Ao décimo quarto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas, Multíusos da União de Freguesias Escudeiros e Penso (Santo Estevão e S. Vicente), sito em Escudeiros, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes Macedo** (PS), e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). Faltou o Vereador **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), e **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), substituídos por **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS) e **Maria Helena Fernandes Teixeira** (PS) e **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), cuja falta foi justificada pelo Presidente da Câmara. -----

Secretariou: Cidália Alice Lopes Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição de Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas dezoito horas, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião pelo **Presidente da Câmara**, iniciando com o agradecimento ao Presidente da União de Freguesias Escudeiros e Penso (Santo Estevão e S. Vicente) pela hospitalidade e disponibilidade sendo sempre um gosto fazer reuniões descentralizadas.

-----**ORDEM DO DIA**-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria** referente ao dia sete de dezembro de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----





1. **APROVAÇÃO DA ATA Nº 26 NOS TERMOS DO ARTIGO 57º DO ANEXO I DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO:** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um, respetivamente: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

2. **CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM REGIME DE CONTA CORRENTE PARA 2023 NO VALOR DE 6.000.000 € - ANÁLISE DAS PROPOSTAS.** Presente a seguinte proposta: "Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista a aprovação da Assembleia Municipal, proposta relativa à contratação de empréstimo de curto prazo em regime de conta corrente para 2023, no valor de **6.000.000,00 €**, no sentido de adjudicar o financiamento à **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo**, nos termos da proposta apresentada, indexada à Euribor a 6 meses, acrescido de um spread de **0,000 pontos percentuais**. Tem informação circunstanciada da **DMG-DCF-Divisão de Contabilidade**". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

3. **PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2023.** Presente a seguinte proposta: "Propõe-se para aprovação e submissão à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea d), do nº 1, do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação por este órgão deliberativo, ao abrigo da alínea b) do artigo 14º, do nº 2 do artigo 16º e do artigo 18º, todos a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a proposta de lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2023, que se anexa". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -

4. **PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2023.** Presente a seguinte proposta: "Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal (art.º 112º do CIMI, na sua redação atual) a proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis, para o ano de 2023, que se anexa". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS**

VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS E VOTO CONTRA DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA. -----

5. PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA O ANO DE 2023. Presente a seguinte proposta: “Submete-se proposta nos termos do disposto na alínea ccc), nº 1, artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do art.º 25º, da mesma lei e na alínea c), do nº 1, do art.º 25º e nºs 1 e 2 do art.º 26º, ambos da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, com as respetivas alterações, aprove o percentual de 3,25% relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2023, o que significa uma redução de 0,25 pontos percentuais face ao ano anterior, e 0,75 pontos percentuais quando comparado com o ano 2021, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E VOTO CONTRA DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

6. DEVERES DE INFORMAÇÃO DAS EMPRESAS LOCAIS - RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL RELATIVOS AO 3º TRIMESTRE 2022 – INFORMAÇÃO DO FISCAL ÚNICO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – 1º SEMESTRE 2022. Presente a seguinte proposta: “Tendo em vista o cumprimento do disposto no art.º 42º, nº 1, alínea e) da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial e das participações locais propõe-se que a Câmara Municipal tome conhecimento e aprecie, os relatórios de





execução orçamental das empresas municipais relativos ao exercício de 2022, 3º trimestre, e delibere submeter os mencionados documentos, nos termos previstos na alínea a) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, à apreciação da Assembleia Municipal, documentos que aqui se dão como reproduzidos e transcritos. a) Teatro Circo de Braga, EM SA; b) IB-Agência Para a Dinamização Económica, EM; c) AGERE, Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga E.M; d) BRAGAHABIT, E.M; e) TUB-EM – Transportes Urbanos de Braga”. **TOMADO CONHECIMENTO.** -----

7. ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS – SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no estatuto dos Eleitos Locais (Lei nº 29/87, de 30 de junho), os membros dos órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação dos respetivos órgãos, que fixarão o seu valor. Para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência, o valor de seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal (183.445,00 € para o Presidente e 146.756,00 € para os Vereadores em regime de permanência a tempo inteiro). Desta forma, o Município de braga vem celebrando, nos termos a que está obrigada por Lei, seguro de acidentes pessoais para os membros dos seus Órgãos (Câmara Municipal e Assembleia Municipal). Tem sido política deste Executivo, a exemplo do sucedido em outras Autarquias, celebrar tais seguros por valores de responsabilidade acima dos montantes mínimos fixados pela Lei e anteriormente referidos. Neste contexto, submete-se à **apreciação da Câmara**, com vista à **aprovação da Assembleia Municipal**, a proposta em anexo, nos termos do art.º 17º da Lei nº 29/87, de 30 de junho”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E COM ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

8. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO. Presente a seguinte proposta: “Submete-se a apreciação do Executivo Municipal o pedido efetuado pela Exma.

Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal – Lei nº 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e extinção de Freguesias e revoga a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias relativo à pretensão da desagregação da União das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

9. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CRESPOS E POUSADA. Presente a seguinte proposta: “Submete-se a apreciação do Executivo Municipal o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal – Lei nº 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e extinção de Freguesias e revoga a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias relativo à pretensão da desagregação da União das freguesias de Crespos e Pousada e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

10. DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NO LUGAR DE BARROS, FREGUESIA DE GUALTAR – BRAGA (E/8405/2022). Presente a seguinte proposta: “Da Vereadora Olga Pereira Submete-se para apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de **302,50 m2**, situado no **Lugar de Barros, Freguesia de Gualtar**, melhor identificada na planta constante do processo, para **posterior alienação a JOG-Consultadoria e Gestão, S.A.**, nos termos do disposto no art.º 25º, nº 1, alínea q) da citada Lei nº 75/2013, na sua redação atual e no nº 1, art.º 33º alínea ccc) da citada Lei. Tem proposta que aponta no sentido de que a prossecução é de interesse público”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA**





HELENA FERNANDES TEIXEIRA E COM ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

11. DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NO LUGAR DE CONSOLAÇÃO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES – BRAGA (E/11671/2021). Presente a seguinte proposta: “Da **Vereadora Olga Pereira**, submetendo para apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de **185,00 m²**, situado no **Lugar da Consolação, União das Freguesias de Nogueiró e Tenões**, melhor identificada na planta constante do processo, para **posterior alienação a Vilaminho – Inovação Imobiliária, S.A.**, nos termos do disposto no art.º 25º, nº 1, alínea q) da citada Lei nº 75/2013, na sua redação atual e no nº 1, art.º 33º alínea ccc) da citada Lei. **Mais se propõe** que na alienação seja constituído um ónus de natureza permanente de passagem de 2 coletores de águas residuais e de 1 coletor de águas pluviais ali existentes. Tem proposta que aponta no sentido de que a prossecução é de interesse público”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM O VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E COM OS VOTOS A FAVOR DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E COM OS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----**

12. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL DA FONTE DO LARGO DE SANTIAGO – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRAGA (MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE). Presente a seguinte proposta: “Do **DMUOP-DIVISÃO DO CENTRO HISTÓRICO, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a proposta de abertura de procedimento de classificação como Monumento de Interesse Municipal da **Fonte do Largo de Santiago**, situado no Largo de Santiago, na UF de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), nos termos do disposto no nº 1 do art.º 94º da Lei nº 107/2011, de 8 de setembro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

13. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO COMO MONUMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL DA FONTE DOS CASTELOS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRAGA (S.



JOSÉ DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO). Presente a seguinte proposta: "Do **DMUOP-DIVISÃO DO CENTRO HISTÓRICO, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a proposta de abertura de procedimento de classificação como Monumento de Interesse Municipal da **Fonte dos Castelos**, situado no Largo do Paço, na UF de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 94º da Lei nº 107/2011, de 8 de setembro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

14. PROCEDIMENTO CPR/AQ/06/22/DCP AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA O FORNECIMENTO DAS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE BRAGA (LOTE 1). Presente a seguinte proposta: "Submete-se a **ratificação** do Executivo Municipal de todas as propostas constantes no ponto 3.º da **informação de abertura** do procedimento, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara em 11 de novembro, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro. Submete-se igualmente a ratificação a **decisão de adjudicação e a aprovação da minuta do contrato**, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 25 de novembro de 2022, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

15. "CPE.17.21. DMOSM - REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO DAS GOLADAS". Presente a seguinte proposta: "Da **DMOSM** propondo a **aprovação**, pela Câmara Municipal, da proposta de **indenização no valor de 8.580,80€+IVA** com vista à reposição do equilíbrio financeiro, de acordo com os documentos anexos, nos termos do previsto no artigo 354º do CCP". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA**



CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E COM VOTO CONTRA DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

16. CPE. 23.21-DMOSM - EMPREITADA: "EU JÁ PASSO AQUI — LOTE 2". Presente a seguinte proposta: "Da DMOSM propondo a autorização, pela Câmara Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 96.743,23€+ IVA e supressão de trabalhos no valor de 70.213,70€ + IVA, bem como aprovação da prorrogação de prazo por 74 dias e da minuta do aditamento ao contrato". DELIBERADO AUTORIZAR POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

17. CONCURSO PÚBLICO Nº C.P.E. 16.22. DMOSM – EMPREITADA: "EU JÁ PASSO AQUI-REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE" - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRAGA (S. JOSÉ DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO)". Presente a seguinte proposta: "Da DMOSM, submetendo para aprovação do Executivo Municipal os seguintes documentos: documentos relativos à empreitada mencionada em epígrafe: Dos esclarecimentos; Da decisão sobre erros e omissões do caderno de encargos; Da alteração do mapa de quantidades; Da alteração do caderno de encargos; Da prorrogação do prazo para apresentação das propostas". DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

18. INÍCIO DO PROCEDIMENTO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE E À ADOÇÃO «PROGRAMA "BRAGA MAIS FAMÍLIA"». Presente a seguinte proposta: "Submete-se à consideração do Executivo Municipal a aprovação do início do procedimento regulamentar, relativo à criação do Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção «Programa "Braga

Mais Família» nos termos do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo».

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

19. REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DOS JOGOS DE FORTUNA OU AZAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA E TAXAS – APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL.

Presente a seguinte proposta: “Submete-se para aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 33º do referido Anexo I da lei nº 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do nº 1 do artigo 25 do mesmo diploma legal o **Regulamento de Exploração de Modalidades e Afins dos Jogos de Fortuna ou Azar do Município de Braga** bem como a **definição de novas taxas** a aplicar conforme previsto no artigo 6º do referido regulamento e constantes do Anexo II. O referido Regulamento dá-se como reproduzido e transcrito”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

20. PROJETO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS NO ÂMBITO DE IMPOSTOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE BRAGA - CONSULTA PÚBLICA. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à aprovação da Câmara Municipal o **projeto de Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga** com vista à sua submissão a consulta pública, nos termos previstos no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA**

HELENA FERNANDES TEIXEIRA E COM A ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

21. **RATIFICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO COM A MEO-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES DE MULTIMÉDIA, S.A.** Presente a seguinte proposta: "Submete-se para **ratificação** do Executivo Municipal, o protocolo celebrado com a **Meo-Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (designada por ALTICE PORTUGAL)**, que visa o estabelecimento de uma relação de cooperação entre as partes tendo em vista a expansão da rede de fibra ótica e de reforço de cobertura de rede móvel no Concelho de Braga e de utilização recíproca das condutas, pertencentes a cada uma delas, e que se encontrem instaladas naquele Concelho (nº 1, alínea a) do art.º 23º e nº 3 do art.º 35º da Lei 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual. **Mais se propõe** que a Câmara Municipal delibere a sua disponibilidade para realizar o mesmo tipo de parcerias com outras entidades, sempre que a capacidade e especificidade das condutas municipais não seja posta em causa". Pelo **Vereador do PS, Artur Feio**, "pedimos que este ponto seja retirado, que venha com um suporte jurídico, que nos dê o sustento daquilo que se pretende com este contrato que o faça numa ótica daquilo que é concorrência de mercado a este nível ou às outras empresas, ou que possa vir a ser feito, porque nós não sentimos conforto em votar num documento destes com todos os contornos que isto traz e, portanto, aquilo que pedimos é que este ponto seja retirado e que seja reenviado com o parecer jurídico associado para que exista um conforto na votação desta proposta". O **Presidente da Câmara** comunica a não retirada do ponto, "até porque este contrato é um contrato com um protocolo absolutamente normal, como vários outros que nós temos que levar a colaboração com diversas entidades". Neste sentido, o **Partido Socialista** votou contra a presente proposta e apresentou a seguinte **declaração de voto**: "Os Vereadores do PS, relativamente ao ponto 21 da reunião ordinária pública de 2022/12/14 do executivo municipal, sobre a Ratificação da Celebração de um Protocolo com a MEO – Serviços de Comunicações de Multimédia, S.A., designada por "ALTICE PORTUGAL", votam desfavoravelmente o mesmo porque não divisam nem a necessidade nem o objetivo desse Protocolo. De facto, a "ALTICE PORTUGAL" já dispõe de uma rede de condutas instalada no concelho de Braga superior a 550 km, a qual se encontra sujeita às obrigações que decorrem da lei, nomeadamente quanto à disponibilidade do seu acesso por parte de terceiros, e a cujo cumprimento a "ALTICE PORTUGAL" está vinculada. Sendo esta a matéria do Protocolo, que aparentemente não lhe acrescenta nada de novo, os Vereadores do PS pediram que este ponto 21 fosse retirado da reunião para que a Ratificação da Celebração do Protocolo com a MEO – Serviços de Comunicações de Multimédia, S.A. fosse apresentada em reunião posterior, acompanhada de um



parecer jurídico dos serviços do Município a esclarecer o alcance pretendido pelo Protocolo, nomeadamente em que termos o mesmo inovava, com benefício para o Município, face ao que já eram imperativos legais e regulatórios. Não tendo este ponto 21 sido retirado da reunião e não tendo ficado esclarecida qualquer vantagem advinda da celebração do Protocolo nem o seu objetivo concreto, os Vereadores do PS veem-se obrigados a votar contra a sua celebração". **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM VOTO CONTRA DOS VEREADORES DO PS (DECLARAÇÃO DE VOTO), ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E COM A ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

22. RATIFICAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA CRIAÇÃO DOS CENTROS TECNOLÓGICOS ESPECIALIZADOS EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICOS. Presente a seguinte proposta: "Da **DE-UNIDADE DA QUALIFICAÇÃO E ENSINO PROFISSIONAL** submetendo para **ratificação** do Executivo Municipal, os seguintes protocolos de cooperação celebrados no âmbito da criação dos Centros Tecnológicos Especializados, tudo de acordo com o disposto nos artigos 35º, nº3, 33º, nº1, alínea u) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: a) **Agrupamento de Escolas de Alberto Sampaio e Município de Braga**; b) **Agrupamento de Escolas de Carlos Amarante e Município de Braga**; c) **Agrupamento de Escolas Sá de Miranda e Município de Braga**. Os referidos protocolos dão-se como reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados na pasta dos protocolos. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

23. MINUTA DOS PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA VIVA O BAIRRO. Presente a seguinte proposta: "Do **Sr. Vereador com a área da responsabilidade da Habitação, João Rodrigues**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a minuta de protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Braga, a Bragahabit-Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., e as entidades vencedoras da 1ª edição do programa Viva o Bairro, que vai em anexo". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

24. PROPOSTA RELATIVA A RENEGOCIAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DA ESCRITURA DE CONCESSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE – KIB-KARTING INVESTIMENTOS DE BRAGA, S.A. – LUGAR DA ALDEIA – PALMEIRA. Presente a seguinte proposta: "**Da Vice-presidente, Sameiro**

Araújo, submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta relativa a renegociação da cláusula quarta da escritura de concessão do direito de superfície, atribuída por um período de 44 anos à Sociedade KIB-Karting Investimentos de Braga S.A. sobre uma parcela de terreno com a área de 4244,99 m², sito no Lugar da Aldeia, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, com atualização da renda para **750 euros** no ano de **2023**". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

25. PROPOSTA RELATIVA A RENEGOCIAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA DA ESCRITURA DE CONCESSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE – KIB-KARTING INVESTIMENTOS DE BRAGA, S.A. – LUGAR DA PÓVOA – PALMEIRA. Presente a seguinte proposta: "**Da Vice-Presidente, Sameiro Araújo**, submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta relativa a renegociação da cláusula terceira da escritura de concessão do direito de superfície, atribuída por um período de 50 anos à Sociedade KIB-Karting Investimentos de Braga S.A. sobre uma parcela de terreno sito no Lugar da Póvoa, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, com atualização da renda para **750 euros** no ano de **2023**". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

26. CONTRATOS-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E AS EMPRESAS MUNICIPAIS (TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M. S.A., BRAGAHABIT- EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA E IB-AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M. PARA 2023. Presente a seguinte proposta: "Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas do contratos-programa, ao



abrigo da alínea ccc) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art.º 47º da lei nº 50/2012, de 31 de agosto, a celebrar com as seguintes empresas municipais, para o ano de 2023: a) Teatro Circo de Braga, E.M. S.A.; b) BRAGAHABIT- Empresa Municipal de Habitação de Braga; c) IB- Agência para a Dinamização Económica, E.M". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA.** -----

27. CONTRATO DINAMIZAÇÃO CULTURAL A CELEBRAR COM CINE.UM – CINECLUBE DA UNIVERSIDADE DO MINHO. Presente a seguinte proposta: "Da **Divisão da Cultura** submetendo à consideração do Executivo Municipal o contrato de dinamização cultural a celebrar com **Cine.UM – CineClube da Universidade do Minho**, no valor de **2.000,00 €**, a pagar numa única prestação até 31 de dezembro de 2022, nos termos do nº 2 do art.º F-1/3, do CRMB". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

28. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FREGUESIAS. Presente as seguintes propostas: "Submetem-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos administrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no art.º 25º, alínea k) do nº 1 e do art.º 33º, alínea m) do nº 1 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: a) **Freguesia de Sequeira**, para execução da obra denominada "Pavimentação da Travessa da Praceta das Caldas", no valor de **5.020,60 €**; b) **Freguesia de Pedralva**, para execução do projeto da obra denominada "Requalificação Rua de Além e Requalificação da Rua de Codeçosa – Pedralva (Honorários/Projetos)", no valor de **9.225,00 €**; c) **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº Estevão e S. Vicente)**, para execução da obra denominada "Requalificação da Rua de Entre Águas – Penso S. Vicente)", no valor de **180.333,78 €**; d) **União das Freguesias de Morreira e Trandeiras**, para execução da obra denominada "Requalificação da Rua Tornadouro – Morreira – Reforço de verba, no valor de **14.821,68 €**; e) **União das Freguesias de Cabreiros e**



Passos S. Julião, para execução da obra denominada “Requalificação da Rua da Veiga – 2ª fase – Cabreiros”, no valor de **201.826,12 €**”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

29. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – FREGUESIAS. Presente as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art.º 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 15º, ambas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual: **a) Freguesia de Lamas**, no valor de **18.450,00€**, destinado a apoiar a obra de Requalificação do Bar do Parque Desportivo, Balneários e Criação de Sala para Associação – Honorários/Projeto. **b) Freguesia de Sobreposta**, no valor de **13.776,00 €**, destinado a aquisição de tabelas de basquetebol do Pavilhão de Sobreposta. **c) Freguesia de Padim da Graça**, no valor de **13.072,45 €**, para Requalificação da Avenida da Igreja; **d) Freguesia de Adaúfe**, no valor de **48.521,43 €**, para honorários de seis projetos em Adaúfe; **e) União das Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião**, no valor de **56.031,40 €**, para obras de reparação e conservação do equipamento – Piscina de Passos (S. Julião); **f) União das Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião**, no valor de **4.007,16 €**, para a substituição de sistema de iluminação do Pavilhão de Cabreiros; **g) União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe**, no valor de **1.908,00 €**, para a limpeza das margens e espaço adjacente da Ribeira de Crasto, localizada no Parque Norte – Real; **h) União das Freguesias de Merelim S. Paio, Panóias e Parada de Tibães**, no valor de **1.749,00 €**, para o Campo de Futebol de Panóias – Zona Verde - (Sistema de Rega) – Panóias; **i) União das Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra**, no valor de **3.000,00 €**, destinado a apoiar o evento cultural “Aldeia de Jesus”. ”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS, E DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (APRESENTOU ESCUSA NA ALINEA d)).** -----

30. ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO HOSPITAL DE BRAGA - ESCALA BRAGA – SOCIEDADE GESTORA DO EDIFÍCIO, S.A. Presente a seguinte



proposta: "Do **ESCALA BRAGA – SOCIEDADE GESTORA DO EDIFÍCIO, S.A** submetendo proposta de alteração do tarifário do parque de estacionamento do Hospital de Braga, constante do Regulamento aprovado pelo Executivo Municipal em 26 de maio de 2011, que se anexa. O referido tarifário entre em vigor a 1 de janeiro de 2023". **RETIRADO DA AGENDA.** -----

31. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS. -----

Foram propostos pelo Presidente da Câmara os seguintes votos de louvor: -----

- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA JOSÉ ABÍLIO GONCALVES**, que se sagrou vice-campeão do Mundo de Boccia, nas classes BC3, no Brasil com o acompanhante Paulo Correia, bem como ao Sporting Clube de Braga. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA RAFAEL GOMES** que se sagrou campeão Nacional em 200 m bruços e ficou no 3º lugar em 50 m bruços e 220 m estilos, em Leiria, bem como ao Sporting Clube de Braga. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA TAMILA HOLUB** que se sagrou campeã Nacional em 400 m livres e 800 m livres e vice-campeã em 1500 m livres, em Leiria, bem como ao Sporting Clube de Braga. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA JOSÉ PAULO LOPES** que se sagrou campeão Nacional em 400 m livres, 800 m livres e 1500 m livres e vice-campeão em 400 m estilos, em Leiria, bem como ao Sporting Clube de Braga. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- **VOTO DE LOUVOR À ATLETA CAROLINA PEIXOTO**, que se sagrou campeã Nacional de Juvenis em prova de natação em 1500 m livres e vice-campeã 800 m livres, em Leiria, bem como ao Sporting Clube de Braga. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA RICARDO MACHADO** que se sagrou campeão Nacional Júnior (-60 Kg) no Campeonato Nacional de Boxe, no Centro de Artes Marciais de Combate de Matosinhos, bem como ao Sporting Clube de Braga. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA JOÃO FERREIRA**, que se sagrou campeã Nacional Júnior, (-80kg), no Campeonato Nacional de Boxe, no Centro de Artes Marciais de Combate de Matosinhos, bem como ao Sporting Clube de Braga. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



- **VOTO DE LOUVOR À ATLETA LARA MARTINS** que se sagrou campeã Nacional Júnior, (-66 Kg), no campeonato Nacional de Boxe, no Centro de Artes Marciais de Combate de Matosinhos, bem como ao Sporting Clube de Braga. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA GUILHERME GONÇALVES**, que conquistou o título de Campeão em Kumite Júnior (-68 Kg) no Campeonato Nacional de Cadetes, Juniores e Sub-21, em Seia, bem como ao Sporting Clube de Braga. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----
- **VOTO DE LOUVOR À ATLETA LÉA BARROS** que conquistou o título de Campeã Nacional Kumite Sub-21 (-50kg) no Campeonato Nacional de Cadetes, em Seia, bem como ao Sporting Clube de Braga. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
- **VOTO DE LOUVOR À ATLETA EMMA BARROS**, que conquistou o título de Campeã Nacional de Kata Júnior, no campeonato Nacional de Cadetes, Juniores e Sub-21, em Seia, bem como ao Sporting Clube de Braga e à **Equipa da Candidatura da Cultura.** **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

- Pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----
- Iniciou o **Vereador do PS, Artur Feio**, para dizer duas breves notas quanto: "A primeira, na Capital Europeia da Cultura, o Partido Socialista gostaria de propor um voto de louvor a toda a equipa que trabalhou no projeto, na pessoa da Cláudia Leite, cujo objetivo infelizmente não foi conseguido". "Uma segunda nota e uma forma de valorizar este órgão, por vários momentos, na página oficial do Município em termos de redes sociais se assume já aprovadas as propostas, antes da própria reunião acontecer, desqualifica o órgão, desvirtua aquilo que nós aqui fazemos ou tentamos fazer de uma forma democrática e que seja simpaticamente não fazer de nós uma comissão de Boas Festas. Viemos aqui para celebrar um ato que já foi comunicado. Mas, em bom rigor, aquilo que lhe pedíamos é que, naturalmente, respeitando o órgão e valorizando o mesmo, tivéssemos esse cuidado até na comunicação oficial, que é feita previamente aos órgãos de comunicação social, de que não se anunciam as coisas, tomando à priori a sua aprovação sem que elas sejam previamente discutidas. De facto, tem sido uma prática que pedíamos que fosse revertida". -----
- Pelo **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, foi lembrado, um assunto trazido em junho, referente à falta de administrativos para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

---- Seguiu-se a intervenção da **Vereadora da CDU, Bárbara Seco**, para dizer que: “gostava em primeiro lugar, naturalmente, associar ao voto de louvor que o vereador Artur Feio fez à equipa da SEC, mas acrescentar também que este novo título dado pelo Ministério de Capitais Nacionais de Cultura, parece-me que também é um reconhecimento muito importante daquilo que foi este empreendimento e este desejo, esta vontade e o objetivo, e, portanto, independentemente disso, porque sabemos que a estratégia, nomeadamente cultural Braga 2030 já incluía um universo mais abrangente do que o ano de eventual título de Capital Europeia da Cultura. Sabíamos que a própria candidatura já tinha incluídas muitas atividades que se realizariam, independentemente do título, mas parece-nos que este título nacional acaba por vir também dar força e gás a essas mesmas atividades e, quem sabe, alarga-las e poder criar ou manter e aprofundar o caminho que se abriu de cultura em Braga, de investimento na cultura e de e que sirva de facto para se dar passos em frente e não atrás”. O **outro assunto** que trouxe refere-se ao ponto de situação das crianças com necessidades específicas, “porque me chegou por parte do movimento de pais em luta, que o processo está absolutamente empacado nos agrupamentos de escolas. Portanto, há neste momento, de acordo com este movimento, apenas uma escola, apenas um agrupamento que tem supostamente um ATL a funcionar, que é o de Maximinos, no entanto não tem atividades e as crianças ficam guardadas até os pais as irem buscar”. “A responsabilidade da Câmara está cumprida com a colocação dos assistentes operacionais e o seu reforço, mas a gestão destes recursos depende de facto, dos agrupamentos. Não podemos desistir de garantir que estes agrupamentos pegam nestes recursos, independentemente de os utilizarem também para outras necessidades naturalmente da escola, mas que garantem que estes recursos vão ao encontro do objetivo pelo que foram colocados nas escolas. Garantir também que as escolas que o fizeram, que garantiram que tenham atividades próprias e que estas crianças podiam e seriam incluídas nestas atividades, usando o facto de não ficarem numa sala com eles enquanto os pais não vêm buscar. Porque isso, vai contra o próprio princípio daquilo que trabalhámos e que desde Junho temos vindo a construir e, parece-me importante agora, no final do primeiro período, fazermos este balanço para perceber o que é que falta pressionar, o que é que falta melhorar para que no segundo período e no terceiro período e até ao final do ano se cumpra de facto esta igualdade e esta inclusão das escolas do concelho de Braga”. A **Vereadora Carla Sepúlveda** respondeu que: “temos consciência que em alguns casos, e de facto, isso não está a acontecer. Não é uma resposta de ATL, porque não foi esse o nosso compromisso. O nosso compromisso foi assegurar as atividades da escola. O que nós temos verificado é que os senhores diretores de agrupamento, alguns, se têm manifestado preocupados com o facto de não terem recursos em professores do ensino especial e que



algumas destas crianças é o que elas necessitam de apoio para algumas dessas atividades poderem ser efetivamente desenvolvidas. E isso é uma coisa que nós não vamos conseguir, na minha opinião, colmatar. Nós não contratamos professores e isso está acima daquilo que é a nossa responsabilidade. Por outro lado, alguns também se queixam que os espaços que têm, são efetivamente pequenos para o número de alunos que ficam, acabam por ficar em algumas das atividades e os professores que estão afetos às atividades não conseguem dar a mesma atenção a todos. E isso tem efetivamente sido um entrave. Contudo, nós temos vindo a apelar para que aos poucos esta situação seja ao máximo minimizada. Da nossa parte, nós estamos a tentar fazer o máximo, mas estes constrangimentos evidentemente que existem e nós não podemos ficar alheios aos mesmos. Relativamente às férias, eu gostava de dizer que só temos 29 inscrições. Aquela preocupação de aumentarmos não se verificou e para ter as 29 abrimos algumas exceções já fora de prazo e não sendo todas crianças com necessidades específicas". -----

---- O **Presidente da Câmara**, quanto à candidatura de Braga à Capital Europeia da Cultura, aludiu que: "não podemos deixar de nos associar ao reconhecimento pelo trabalho que foi feito por toda a equipa, na pessoa da Cláudia Leite, e de vários outros, que fizeram parte deste processo. Também não posso deixar de aproveitar este momento para dizer e faço-o com muito mais conforto depois de perdermos o título do que o faria se aqui estivéssemos a celebrar a vitória, que isso também só foi possível porque este executivo criou as condições políticas, financeiras, infraestruturais para que esse trabalho fosse realizado e para que a cultura hoje seja substancialmente diferente daquela que era há uns anos atrás, em termos de prioridade do ponto de vista da ação municipal. E isso é a melhor notícia para os bracarenses, porque é sinal também de que o trabalho que foi feito até aqui não vai ficar por aqui, seja com a capital portuguesa no imediato, até 2025, que vai ser o ano em que nós vemos, ou seja, obviamente, numa ótica de médio longo prazo, com o cumprimento da nossa estratégia cultural. Nós sempre assumimos que iríamos dar corpo e concretizar as várias ações dos vários investimentos que estavam previstos e, portanto, esta foi um desenlace que não, não nos agradou, que consideramos manifestamente injusto, se é que é possível aplicar o conceito de justiça nestas questões, mas que não nos deve desmotivar e, sobretudo, não deve desmotivar e desincentivar os bracarenses, que foram muitos que se mobilizaram em torno desta candidatura e que confiaram no trabalho que foi realizado. Agora, naturalmente, para a equipa em particular, um reconhecimento muito especial. Muito obrigado".

-----**INTERVENÇÃO AO PÚBLICO**-----

---- Pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA**, foi dada abertura à intervenção do público de acordo com a inscrição prévia. -----

---- O cidadão **Miguel Silva**, intitulando-se como “sendo um ativista voluntarioso” documenta a sua intervenção através da apresentação de documento, cujo fica a fazer parte da minuta, aludindo a preocupações ambientais existentes na cidade de Braga. Em forma de resposta, o **Presidente da Câmara** agradece e declara que “face à natureza das questões, cuidarei de lhe fazer chegar a resposta por escrito também”. -----

---- Seguiu-se o cidadão **Filipe Correia**, para dizer que: “estou aqui num papel um bocado ingrato e custa um bocado estar aqui. No entanto, venho cá expor, indagar, confrontar e sugerir ao Município, ao Executivo e também aos membros da oposição, que avaliem no processo de licenciamento e de fiscalização, que está a correr na Câmara e muito rapidamente, com dados da Câmara, vou tentar cronologicamente simplificar. Com melhor enquadramento sou o presidente do grupo, Arlindo Correia e eu próprio e a minha família de primeiro grau estou até ao dia de hoje, sem energia elétrica há um ano e meio e do qual eu responsabilizo claramente também o Município, da inevitável ir para instâncias judiciais, no sentido da pedagogia do próprio Município. Todos nós somos falíveis, estamos todos em constante aprendizagem e porque não vale a pena às vezes ir a tribunal discutir assuntos judiciais, que quem tem de lá ir são os membros do urbanismo eu só conheço tratar na Câmara. O que é que ocorre? O prédio construído em 2000 ou nos anos 2000, onde foi emitida uma licença de construção em 2017, de qual a assinatura é uma colagem do Vereador Miguel Bandeira, alegadamente por chancela, mas não conheço quem é que foi a pessoa chancelada para assinatura. Posteriormente, uma licença de utilização onde a própria licença onde não versa sequer projetos elétricos. Está emitida. Em 2020 e fruto de alguns litígios que são certamente conhecidos e do qual tramitam em muitos processos judiciais, desde 2019 fiz uma denúncia ao abrigo 101 ao Município. O Município já por quatro vezes foi fazer fiscalização, considero a fiscalização já surgida e deve ser feita com polícias para não haver intimidação, inclusive dos próprios fiscais que lá vão e já presenciei puras intimidações ao seu trabalho, mas, no entanto, estamos em 2022, o que é que ocorre também? a partir dessa fiscalização, quando foi identificadas ilegalidades, não há dúvidas, ocorreu também o seguinte, ocorreu que as pessoas, neste caso os infratores e a tentativa de obter uma restituição de um edifício que nunca pagaram as obras, e que está a ser retido, basicamente usaram documentos falsos com o timbre da Câmara e abusaram da assinatura do Vereador Bandeira. Como é óbvio, não se sabe ainda qual é o autor orgânico da falsificação do documento e de qual, eu, Filipe Correia, participei pelas empresas e inclusive até tive que participar pelo Município, porque à época achei uma pura negligência e falta de atenção, o



Município deixou passar os prazos de seis meses. No entanto, atento a essa evidência, o Município corrigiu, eu vou puxar aqui um bocado atrás porque o Município, creio eu, sem despacho, sem poderes para foi responder ao tribunal nesse ano, e eu vou apontar essas pessoas porque tenho, Dr. Zamith o arquiteto Nuno Monteiro, sem despacho superior que eu conheço, para pedidos do Senhor Bandeira, e basicamente responde a uma pergunta e omite a pergunta de qual me tinha dado em 2020 em formato de documento, era falso, nunca foi emanado pela Câmara. Em 2021 e depois de, e eu percebo e estou acessível ao Município, por COVID, o que se passou com uma série de coisas, independentemente dos prazos administrativos e porque sou uma pessoa que desde que ando nas obras e percebo que há processos administrativos, por exemplo, uma série de coisas. Em 2021 e quando a Câmara percebeu também mais uma indagação junto da E- REDES, que esse uso do documento pode ter energia elétrica através de contadores de obra, vou puxar atrás, em 2017 emitiu-se uma licença de utilização, em 2021, o Município, e bem, comunica à E- REDES, que as licenças que essas pessoas andavam a utilizar para obter energia eram falsas, três, e do qual imediatamente a E- REDES, tomou providências e retirou a energia. Isto porque os projetos eles nunca vão ter termos, nós somos o empreiteiro o empreiteiro é que passa os termos, enquanto lhes pagar a obra, não há termos para ninguém. Resumidamente, nesse mesmo período, incrivelmente, e isto se calhar fruto de uma falta de interligação dos serviços, na mesma altura que o Município comunica à E- REDES esses factos a própria E- REDES, vai instruir, pelo procedimento administrativo, completamente a desrespeitar qualquer formulário que o município imponha aos outros cidadãos. Toda a gente sabe, é conhecido que a E- REDES, dificulta muito a vida às pessoas e inclusive aos da primeira habitação, para ramais, para aumento de energias, o que é certo é a E- REDES, eu não tenho dúvidas nenhuma, foi instruir abusando do protocolo que tem com o Município o pedido de ramal ao dito prédio, ao fim e ao cabo estava legalizado em 2017 e com licença de utilização. Enganou a Câmara, inclusive, como? não cumpriu os requisitos, além disso, e se a Câmara, quando serve os formulários que imponham aos munícipes de primeira habitação e que demonstre formulários que impõe à E- REDES, quem quer que tente preencher. A E- REDES, enganou o Município, instruíram uma comunicação prévia para licença de via pública no sentido de estabelecer um ramal onde designou um lote no lote dois, sequer a um quilómetro do croqui, neste caso da planta de onde identificou o prédio, e o que é certo, é que num belo dia nós, vandalizaram a nossa caixa de fusíveis e nesse mesmo dia a E- REDES, injetou e abasteceu o edifício. Isto tudo também com procedimentos de fiscalização, de qual eu fiz denúncia contra as regras construtivas, sem termos de projeto, ok?! E o que é certo é que a discussão aqui é que não pode haver duas ligações a nenhum prédio. O que é certo é fruto dessa licença de utilização

que o Município, certamente na boa fé, passou e na comunicação, a E- REDES, abusou do procedimento para criar vantagem àquelas pessoas, porque a única forma daquelas pessoas obter energia para utilizar o prédio é pagar ao empreiteiro. É como nas nossas casas se ninguém pagar ao empreiteiro, de certeza que vocês vão ter termos para legalizar as coisas. Ocorre é que estamos em abril, este em abril foi denunciado, a fiscalização da Câmara, com todo o respeito, tem que seguir critérios, porque os critérios são diferenciados, inclusive quero dar nota do seguinte, e gostava de indagar o Senhor Vereador para verificar todos esses procedimentos. Porquê? porque nós não podemos ter um técnico que se chama Ilídio a dar uma pronúncia à fiscalização e a dizer-lhes isto: "os proponentes, se quiserem, tem que se legalizar com procedimento todo novo". O que é certo é que por lapso ou negligência, já não sei que pensar, como eu entendo que todos nós somos falíveis e como entendo que isto acho que muita das vezes somos fraudados e nem sabemos, tendo feito um percurso na tentativa de demonstrar a verdade ao Município os factos, tentar conciliar departamentos e divisões, uma série de coisas. O que é certo é que na primeira fiscalização, o técnico do urbanismo informou a fiscalização que essas pessoas, se quisessem, pessoas que não são legítimas, porque a propriedade, neste caso do prédio, está no Novo Banco, se quisesse, tinha que meter um procedimento totalmente novo. O que é certo é que estamos em 2022, Senhor Presidente, Senhor Vereador e aquele processo faz-me lembrar... Olhe quer que lhe diga e eu vou falar à vontade, vai envergonhar completamente o Município, quando inclusive o Município ou alguém me der os documentos todos fotocópias que eu tenho requerido para poder fazer uma exposição exaustiva primeiro ao Município, no sentido de quê?, eu já podia ao dia de hoje ter metido uma ação, pedir tem cerca de 5 milhões € ao Município, não tenho dúvidas nenhuma. Só que entendo o seguinte e também venho de uma geração onde em 2015 fiz pactos anticorrupção e entendo que nós não devemos viver à custa do Estado. Sou de uma família de construtores que certamente vocês todos conhecem e todos nós conhecemos o sistema, e eu entendo que nós devemos é ajudar a entidade pública e não viver à custa dela para ganhar dinheiro e para colaborar. E tenho feito um caminho peregrino também sem advogados, isto é, muitas das vezes nós, munícipes, cidadãos, não doutorados, etc., isto é, por cultura, muita das vezes são mais desconsiderados, e também às vezes quero chamar a atenção dos próprios funcionários e das pessoas que muitas das vezes têm que dar o benefício da dúvida ao munícipe e pôr em causa os funcionários e testá-los. Por isso é que me dou ao teste e por isso estou aqui hoje, no sentido de dizer, Senhor Presidente, Senhor Vereador, eu tenho aspirações políticas, virei aspirante há dois anos, quando percebi que pela meritocracia neste país vai ser difícil, e então tento fazer aqui um caminho no sentido de fazer um percurso e eu não posso mais permitir isto porquê? porque inclusive tenho sido agredido,



máquinas de 20 toneladas para cima de mim, dos meus familiares, uma tonelada de agressões físicas e psicológicas porque simplesmente querem ligar a minha energia, que está legal, está legalizada na Câmara ainda o dia de hoje, e tem pessoas animar-se em ofender-me com uma justificação que tem a legalidade toda do seu lado e que a Câmara permitiu. Os serviços da Câmara têm-se empenhado em explorar este processo, é muito grande e exaustivo. Compreendo que existem outros municípios e outros processos, mas isto não pode mais ocorrer, e o que eu venho aqui fazer hoje é chamar a atenção do Senhor Presidente, do Senhor Vereador, com todo o respeito, quero dizer-lhe, você foi vereador da fiscalização, agora é Vereador do urbanismo, eu estes dias sugeri ao Município, até levar uma proposta à Assembleia, se caso entendesse que entendo inovadora, que à aqui outro caso para interligar os sistemas das licenças de utilização aos registos prediais e permanentes da Conservatória, que é para evitar fraudes, também aqui existe a questão da licença de utilização está desconforme com o registo de propriedade, isto não é culpa da câmara. Senhor Presidente, basicamente o que eu, como venho aqui dizer e desafio também a oposição e desafio o Senhor Presidente, das duas uma, ou remeter este processo para o Ministério Público, como eu já pedi, ou se não contratar peritos externos para o avaliar ou se não até metê-lo num gabinete de procedimentos de fiscalização, procedimentos administrativos que é coisa que o Município ainda não fez e no sentido, vou dar o prazo de mais uma semana, para o Município se decidir o que quer daqui, porque senão vou fazer três atos, mandar cautelarmente, meter uma ação de indemnização ou acabar de repor a legalidade na mesma, mas também, e agora quero dizer que isto já me tem afetado muito pessoalmente, isso o Município sabe que até foi acusado de denúncias caluniosas, entre outras coisas, alegadamente de dizer que as pessoas andam a usar documentos falsos, foi arquivado, o que é certo é que ando a correr para os tribunais, o Município, vai espontaneamente fazer uma intervenção ao tribunal que omitiu a resposta em formato de documento ainda o dia de hoje é falso, que se calhar resolvia muita coisa se em 2020, o Dr. Zamith, o Nuno não sei, responde-se às duas perguntas e não só a uma pergunta, mas para ir espontaneamente ao tribunal Senhor Presidente, porque isto afeta crianças. Nós também estamos aqui numa missão de dar educação, como dizia os meus falecidos meus antecessores, e o que me dizia era que quem tem de pôr direito a Família é a própria Família. Eu não é posso entender, tenho uma Câmara e o Município, das duas uma ou não sabe o que anda a fazer, que eu não acredito, ou senão e desculpe lá Senhor Presidente, quem quiser que vá no facebook Filipe Correia e dê um enquadramento de 15 minutos já do ano passado, é só corrupção, é só fraudes para criar vantagens a pessoas que inclusive andam a usar documentos falsos e falsificam, que inclusive enxovalham a câmara nos tribunais, é só ir ver os requerimentos que estão, enxovalham a câmara a simular notícias que de



procedimentos mal feitos, como o último de quando estão a alterar as fachadas todas. E eu questiono-me, Senhor Presidente, se eventualmente, de facto vou ter que entrar na moda, que eu considero a moda antiga dos meus antecessores, que é o que é, por um lado, arranjar maneira de resolver a minha vida e por outro, ir buscar uns milhões ao Município de Braga, que é verdade pelos códigos da lei, esta ali a senhora Isilda, uma jurista. Na verdade, não há outra forma de legalizar uma pessoa sem cumprir as regras de prejudicar o outro, nós temos direitos a indemnização. Eu quero preparar o ano de 2023 sossegado, quero energia, estou a ponderar fazer mais uma ação para ligar a energia, no entanto o que eu peço é isto e de qual resolve muita coisa. Imponham à E- REDES a legalidade, porque eu estou farto de dizer aos técnicos, a E- REDES é uma entidade certificadora. Senhor Presidente, faça-me um favor tomem, tomem, mas tomem mesmo, porque se não eu hoje tenho este teste, eu até uma queixa crime vou meter a certas pessoas do Município pelo Município, porque eu agora sei que posso. Eu tive que meter uma queixa a representar o Município, porque o Município durante seis meses não quis saber dos documentos falsos, ok. O que eu estou aqui a dizer que todos somos falíveis, eu só quero que se reponha a legalidade urbana e que se deixe de criar vantagens, seja por negligência ou por outra coisa qualquer. Estou na disposição de colaborar. Em forma de resposta o **Senhor Presidente** declarou que as “respostas vão ser dadas pelos serviços de acordo com os requerimentos que submeteu”. -----

----- Pelo **Senhor Presidente** foi dada a palavra ao **Presidente da União de Freguesias Escudeiros e Penso (Santo Estevão e S. Vicente)**, o qual agradeceu a todos os presentes a presença “a este espaço muito acolhedor da nossa União de Freguesias”. -----

ENCERRAMENTO: Às 20h30m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Cidália Alice Lopes, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

